



## Resumo de Notícias

31/03/2016 - Instituto Telecom

# Especialista em análise de dados e fraude no setor financeiro mira teles

A FICO, multinacional norte-americana que trabalha no Brasil com análise de dados e prevenção a fraudes no setor financeiro, vai começar a vender para operadoras de telecomunicações. A intenção é, com um parceiro especializado no setor, atrair as maiores teles do país para sua carteira, entregando sistemas de inteligência em big data, prevenção de fraudes, tomada de decisão.

Segundo Alexandre Graff, vice-presidente para a América Latina e Caribe, a empresa conseguirá competir neste setor por oferecer uma solução que dá respostas rápidas às questões formuladas pelos clientes. "São soluções para identificar se é interessante ter um cliente na carteira, que orientam como roubar um cliente do concorrente, como reduzir o churn e reter clientes", falou em encontro com jornalistas hoje, 30, em São Paulo.

Até junho os produtos moldados para as operadoras chegam ao mercado nacional. Até a metade do ano que vem ele espera que as maiores operadoras já sejam suas clientes. Se conseguir o feito, não estarão sozinhas.

A FICO existe no Brasil desde 1998, onde entrou pelo setor bancário. Entre os clientes globais que possui estão Itaú,

Coca-Cola, Dell.

Em telecomunicações, já atende Nextel dos Estados Unidos, T-Mobile, Sprint, DirecTV, British Telecom, Telus, Bell Canada, Telstra, Bouygues Telecom. Em 2015 faturou US\$ 839 milhões. A FICO trabalha para mais da metade dos bancos dos EUA. Cerca de 2,6 bilhões de cartões de crédito funcionam sob seu software e, segundo a empresa, 90% dos pagamentos por cartão no mundo são analisados por seus sistemas anti-fraude.

No Brasil, a fico tem 50 funcionários – a maioria dos 70 focados em América Latina. Além do setor financeiro, atende seguradoras, como Sulamérica, e grande varejo, como Walmart. A empresa oferece soluções em nuvem, mas o foco para grandes empresas é a implementação sobre a base de dados (big data) do cliente. Graff não revela qual será o parceiro para abordar as operadoras. Também não diz quanto a empresa fatura no país e metas regionais para o ano.

Diz, no entanto, que pouco mudou em função da crise econômica no Brasil. "Sistemas de combate a fraude e correlação de dados, por exemplo, continuam sendo exigidos, até mais, nestes momentos", falou.

## Oi faz assembleia com credores para explicar não cumprimento de meta de endividamento

A Oi convocou para 15 de abril uma assembleia de debenturistas detentores de papéis das 5ª e 9ª emissões para negociar mudança das metas de endividamento de 2016. Conforme a convocação, a companhia quer "deliberar a respeito do não cumprimento pela Companhia do índice financeiro" previsto nas escrituras dos debêntures.

O índice, no caso, é a relação entre a dívida e o EBITDA. Em 2015, a Oi negociou "waivers" com estes credores, onde ficou acordada a alteração do covenant (compromisso) financeiro para a razão "Dívida Líquida Total da Companhia/Ebitda", o qual deverá ser igual ou inferior a 6 vezes. A modificação foi motivada pela entrada no balanço da dívida Portugal Telecom após a venda dos ativos portugueses para a Altice.

Mas a Oi encerrou 2015 com relação dívida líquida/

EBITDA de 4,89 vezes. O índice deveria retornar já no primeiro trimestre de 2016 ao patamar de 4 vezes. É o retorno ao patamar de endividamento que será negociado. Analistas dizem que o objetivo da Oi é recomprar os debêntures que circulam no mercado. A maior parte dos títulos da 5ª e 9ª emissão já teria sido recomprada, havendo um resquício de valor de aproximadamente R\$ 20 milhões. A operadora não confirma.

A renegociação já havia sido antecipada pela empresa ao divulgar o balanço financeiro do ano de 2015, na semana passada. Detentores de outros títulos da companhia já haviam negociado, ainda em 2015, que em 2016 a relação entre dívida líquida e EBITDA pudesse permanecer em 6 vezes.



## Resumo de Notícias

31/03/2016 - Insituto Telecom

# Banda larga brasileira volta a crescer com avanço na velocidade

A base de banda larga fixa (serviço de comunicação multimídia – SCM) brasileira voltou a crescer em fevereiro, segundo dados divulgados pela Anatel nesta quarta, 30. Com aumento de 0,46%, ou 117,1 mil adições líquidas, praticamente recuperou a queda entre dezembro e janeiro (recoo de 0,51% e 129,8 mil desconexões). No total, a base somou 25,561 milhões de acessos de Internet.

Vale notar, entretanto uma tendência de migração de velocidades no mercado. Com 197,9 mil adições líquidas (aumento de 3,47%), a faixa de 12 Mbps a 34 Mbps conduziu a tendência positiva em fevereiro, aumentando a sua participação para 23,07%, ou 0.68 ponto percentual (p.p.) a mais; um total de 5,896 milhões de acessos. Além dessa faixa, as conexões com capacidade acima de 34 Mbps também mostraram avanço: 1,68% (25 mil adições líquidas), total de 1,512 milhão de acessos (5,92% do total). Por sua vez, embora a faixa mais baixa, de 0 Kbps a 512 Kbps, tenha mostrado leve crescimento em fevereiro (0,87%, ou 9,3 mil adições), ela ainda apresenta queda no comparativo anual (13%), permanecendo com o menor share.

Mesmo em queda de 0,45% e 0,96% respectivamente, as velocidades de 2 Mbps a 12 Mbps e de 512 Kbps a 2 Mbps ainda são as dominantes no mercado brasileiro. A primeira, com 9,847 milhões de acessos (38,52% de market share), e a segunda com 7,218 milhões (28,24%). Juntas, somaram 115,1 mil desconexões no mês e 1,980 milhão no ano, equivalente à quantidade de adições da faixa de 12 Mbps a 34 Mbps (197,9 mil e 2,682 milhões, respectivamente).

### Tecnologias

O avanço na velocidade pode ser explicado pelo crescimento de 0,42% nos acessos em Cable Modem, a segunda maior base do País, com 8,294 milhões. O aumento anual foi de 6,58%. A fibra (FTTx) avançou

1,02% (29,4% no comparativo anual) e totalizou 1,315 milhão de acessos.

Ainda sem poder contar com os pequenos provedores que participaram do leilão de sobras no final do ano passado, o mercado de acesso LTE fixo ainda se mostra incipiente. Também avançou em fevereiro, embora com apenas 3,9 mil (1,27%), totalizando 317 mil conexões.

A forma de acesso dominante no País é a xDSL, com 13,286 milhões de acessos e um crescimento de 0,09% (0,47% ao ano). O maior crescimento no mês foi a da tecnologia sem fio Spread Spectrum, com 3,05% (9,62% no ano), embora a base tenha apenas 1,574 milhão de conexões.

### Pequenos crescem

Quem mais cresceu no período não foi um grupo econômico em particular, mas a soma de pequenos provedores classificados pela Anatel como “outras”. O avanço de 2,94% representou 65,3 mil adições líquidas, totalizando 2,286 milhões de acessos – se fosse uma empresa, seria a quarta maior do País. No ano, o avanço é de 13,56%.

Já contando com a GVT, a Telefônica/Vivo avançou 0,45% no mês (32,6 mil adições líquidas), totalizando então 7,337 milhões de conexões, a segunda maior base brasileira. A América Móvil (Claro, Embratel e Net), a líder do mercado, somou 0,13% e totalizou 8,158 milhões de acessos.

Apenas três empresas perderam acessos em fevereiro: Blue Interactive (antiga Big Brasil e que foi comprada pela Net no fim do ano passado, mas ainda contabilizada como empresa independente), com 1,9 mil desconexões; Cabo, com 504; e Oi, com 2,7 mil desligamentos. Apesar das desconexões, a Oi continua com a terceira maior base no País, com 6,372 milhões de linhas.



## Resumo de Notícias

30/03/2016 - CUT

### Por quê é golpe?

**Direita tenta justificar o impeachment e dar tons legalistas ao processo de impedimento de Dilma. Para especialistas, não há dúvida: É golpe!**

Durante a última semana, setores da grande mídia e da classe política se esforçaram para tentar construir uma narrativa legalista do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT). O discurso é uma tentativa de responder a versão que se espalhou no Brasil de que o movimento em curso é, na verdade, um golpe contra o governo e um abalo incalculável na democracia brasileira.

Artistas, jornalistas, militantes e políticos se revezam em inúmeros espaços discursando em defesa da democracia e conferindo peso ao grito que tem se espalhado pelas ruas do País: “Não vai ter golpe”.

Por diversas perspectivas, a tentativa de impedimento da presidenta pode ser considerada golpe. Para o presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, o jornalista Altamiro Borges, a “mídia, e em especial a TV Globo, é o comando que tenta dar legitimidade ao golpe.”

“Os jornalões, as revistonas e as emissoras de rádio e televisão estão tentando legitimar o golpe, afirmando que isso está previsto na Constituição, mesmo não havendo um crime que justifique isso. Nesse processo, o papel nefasto da mídia é evidente. É a mesma mídia que levou o Getúlio ao suicídio, que desestabilizou o JK e que patrocinou o golpe de 1964, e que agora tenta dar um novo golpe. A mídia quer impor seu receituário ao País e quer uma boquinha em anúncios e outras regalias que o governo federal pode conceder”, argumentou Altamiro Borges, que apontou um caminho mais justo para a cobertura da imprensa.

“A mídia adora falar que não tem rabo preso

com ninguém e que preza pela diversidade. Então, deveria falar sobre o Aécio, que tem oito citações na Lava-Jato, mas se preocupa mais com o barco de lata da dona Marisa do que com o aeroporto do Aécio na fazenda do tio-avô, produzindo um clima de perseguição nas ruas. A mídia no Brasil cumpre um papel golpista”, finaliza o jornalista.

A ausência de qualquer argumento jurídico é o que implica o processo e o torna um golpe, segundo o jurista Dalmo Dallari, o processo pode ser questionado no STF, já que não há embasamento.

“O impeachment será um golpe se não forem comprovados os fundamentos legais exigidos pela Constituição. A oposição tem dito que o impeachment está previsto na Constituição, por isso não é golpe. Ele está previsto, mas a Constituição, nos artigos 85 e 86 faz exigências precisas e específicas para fundamentar o impeachment, e até agora não foram comprovados os fundamentos jurídicos para o impeachment. Portanto é golpe”, sentencia Dallari.

O sociólogo e cientista político Rudá Ricci atenta para outro fato sobre o processo. “A questão é moral e jurídica. Moral porque quem tenta julgar é investigado ou é réu por casos ainda mais graves. Os erros fiscais não configuram gravidade a ponto de fundamentar crime de responsabilidade, o que já foi sustentado pelos maiores juristas do país”, argumenta.

Rudá Ricci lembra que o processo já recebeu tratamento de “golpe” na mídia internacional, apesar dos esforços dos setores ligados a direita de trazer um tom legalista ao processo.



## Resumo de Notícias

31/03/2016 - Vermelho

# “Empresariado que apoia golpe vê Brasil como colônia a ser explorada”



A presença da Fiesp na linha de frente da coalizão que defende o impeachment da presidenta Dilma Rousseff reflete o caráter de parte dos empresários brasileiros, que também apoiou o golpe de 1964. A avaliação é do doutor em Ciências Sociais e professor da PUC-MG, Robson Sávio Reis Souza. Segundo ele, o empresariado nacional sempre foi “subserviente do capitalismo global” e avesso a “reformas estruturais que pudessem mexer em seus privilégios”.

Em entrevista ao Vermelho, ele avalia que o processo de impeachment é, na verdade, um “golpe”, no qual “um bando de ladrão está julgando uma inocente”. E, por trás do apoio dos empresários a essa investida, estaria o seu caráter antinacional e o medo de medidas mais à esquerda.

“Eu sempre brinco que esse empresariado tem a fábrica aqui e a casa de praia em Miami. Sempre foi serviço de um modelo de capitalismo colonial, predatório, que vê o Brasil como uma espécie de colônia a ser explorada e quer sugar o máximo possível dos trabalhadores, enquanto um grupo cada vez menor

enriquece”, diz o professor.

De acordo com ele, se o governo optasse por dar uma guinada mais progressista – como esperava-se após a reeleição de Dilma –, algumas pautas claramente desagradariam esses empresários que agora se aliam à oposição. Um exemplo, seria uma reforma que atacasse a injustiça fiscal que impera por estas bandas.

“Uma reforma fundamental e estruturante que a sociedade precisa é a tributária. Isso significa começar a trabalhar uma perspectiva de tributar mais a renda. Hoje temos a tributação centrada no consumo e, proporcionalmente, os pobres e trabalhadores então pagam muito mais. Para se ter uma ideia, quem tem helicóptero, barco e avião não paga imposto. E quem tem um Fusca de 1964, paga. Então há o medo de que o governo radicalize à esquerda e mexa em privilégios do empresariado nacional”, analisa.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/278540-2>